

Os desafios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo na implementação do PROEJA

The challenges of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo in the implementation of PROEJA

Bruno Teremussi Neto^{1*}, Cristiano Amaral Garboggini di Giorgi ¹², Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos¹, Erika Porceli Alaniz¹

RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi identificar e analisar os desafios, os limites e as contradições do processo de implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no contexto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). O estudo envolve a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos, vinculada ao conceito de politécnica. O Proeja tem, entre seus preceitos balizadores, a promoção da inclusão educacional e social de jovens e adultos anteriormente excluídos do processo educacional. A pesquisa realizada tem abordagem qualitativa, com aporte de análise quantitativa. Foi realizada análise documental, aplicação de um questionário eletrônico e entrevista semiestruturada. A partir da triangulação de dados foram gerados três eixos analíticos: a formação dos dirigentes do IFSP; a realidade administrativa e orçamentária do Instituto; e a ausência da implementação e consolidação do Proeja na Instituição. Concluiu-se que o programa tem inúmeros desafios no sentido de uma escolarização de qualidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional; Formação Profissional; Proeja; Instituto Federal.

ABSTRACT

In this article we present the results of a master's research, whose objective was to identify and analyze the challenges, limits and contradictions of the implementation process of the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality of Youth and Adult Education (Proeja) in the context of the Federal Institute of Science and Technology Education of São Paulo (IFSP). The study involves Professional Education and Youth and Adult Education, linked to the concept of politeness. Proeja has, among its guiding precepts, the promotion of educational and social inclusion of young people and adults previously excluded from the educational process. The research carried out has a qualitative approach, with a contribution of quantitative analysis. Document analysis, application of an electronic questionnaire and semi-structured interview were performed. From the triangulation of data, three analytical axes were generated: the training of IFSP leaders; the administrative and budgetary reality of the Institute; and the lack of implementation and consolidation of Proeja in the institution. It was concluded that the program has numerous challenges in terms of quality schooling.

Keywords: Youth and Adult Education; Professional education; Professional qualification; Protect; Federal Institute.

¹ Universidade do Oeste Paulista.

*E-mail: bruno.teremussi@gmail.com

² Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, são apresentados os resultados da pesquisa de mestrado em Educação intitulada “IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NO IFSP: LIMITES E CONTRADIÇÕES”, na qual investigou-se o processo de implementação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no contexto do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

A oferta de cursos do Proeja no IFSP começou, de fato, a partir de 2010 e atualmente ainda se resume a poucas e pontuais iniciativas. O Proeja, nos Institutos Federais de Educação, foi instituído por meio do Decreto nº 5.478/2005 e alterado posteriormente pelo Decreto nº 5.840/2006, que estabeleceu, na Rede Federal, a obrigatoriedade de inserir jovens e adultos que anteriormente foram excluídos do sistema educacional.

As legislações citadas compreendem “o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2006, p. 47).

As políticas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), segundo o Documento Base do Proeja, vêm se expandindo, pautando-se no desenvolvimento de ações baseadas em princípios epistemológicos que procuram respeitar as dimensões sociais e econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar, representando a garantia de acesso de todos à educação (BRASIL, 2007).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, a educação profissional e tecnológica, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), alterada pela Lei nº 11.741/2008, deve abranger os cursos de: I - Formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio; III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Essa Resolução, em seu Art. 3º, estabelece que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida de forma articulada e subsequente ao ensino médio, podendo a primeira ser integrada ou concomitante a essa etapa da educação básica. O Art. 4º, da mesma Resolução, determina que a Educação Profissional Técnica de Nível

Médio, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, articula-se com o ensino médio e suas diferentes modalidades, incluindo a EJA, e com as dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura e que a EJA deve articular-se, preferencialmente, com a educação profissional e tecnológica, propiciando, simultaneamente, a qualificação profissional e a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores.

Diante do exposto, identificou-se como possibilidade de estudo a implementação de uma política pública, o Proeja, resultado da expressão da disputa de pressupostos societários, de compreensões e de conflitos entre relações de forças assimétricas na sociedade brasileira contemporânea, no IFSP, sob a ótica de seus gestores.

Assim, o estudo centrou-se na problemática que envolve os limites, as dificuldades e os desafios da implementação do Proeja no IFSP, investigando particularidades constitutivas da sua implementação e seu processo de desenvolvimento como política pública, situando o debate envolvendo a articulação entre educação básica, profissional e de jovens e adultos ao longo das últimas décadas, além dos desafios da implementação de uma Política Institucional para o Proeja no IFSP, sob a ótica dos gestores responsáveis.

Por isso, o principal objetivo foi analisar como se institui uma política pública, intitulada Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no IFSP, observando e investigando, junto à gestão do IFSP, as particularidades constitutivas da sua implementação e seu processo de desenvolvimento como política pública.

A partir de uma abordagem qualitativa, foram coletados e analisados dados documentais e discursivos, mediante a aplicação de um questionário eletrônico junto aos Diretores dos campi do IFSP e a entrevista semiestruturada, com três dirigentes selecionados. A problematização dos dados coletados se deu de forma qualitativa e quantitativa, com análise elaborada mediante a triangulação de dados.

Os desafios do IFSP no processo de implementação do programa denominado Proeja são, portanto, compartilhados neste artigo de maneira a subsidiar uma reflexão do leitor quanto às políticas educacionais e a sua materialização no contexto da educação profissional pública.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A CONCEPÇÃO DO PROEJA

O Plano Nacional de Educação PNE, até 2010, propunha a articulação de ações do poder público, com o objetivo de erradicar o analfabetismo, por meio da integração de recursos humanos e financeiros dos governos e da sociedade, ponderando que “o número de analfabetos é ainda excessivo e está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola” (BRASIL, 2001, p. 40).

O PNE incluiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos modelos de financiamento da educação básica, trazendo entre suas metas: a erradicação do analfabetismo no prazo de dez anos; assegurar a oferta de EJA de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental para 50% (cinquenta por cento) da população com mais de 15 anos; assegurar a oferta de EJA de 5ª a 8ª série do ensino fundamental para 100% (cem por cento) da população de 15 anos ou mais; dobrar o atendimento de EJA do ensino médio, no prazo de cinco anos; quadruplicar o atendimento de EJA do ensino médio, em dez anos; implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores programas de EJA de Ensinos Fundamental e Médio, além de implantar cursos de formação profissional articulados à EJA (BRASIL, 2001).

Buscando alcançar essas metas, o governo do ex-presidente Lula determinou como prioridade a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb), em substituição ao Fundef. Durante esse período, diversos programas foram instituídos considerando a EJA, propendendo à erradicação do analfabetismo e à elevação dos índices de escolarização da população.

Rummert e Ventura (2007) reconhecem que o governo Lula trouxe para a EJA maior destaque do que os governos anteriores. Entretanto, o discurso que anunciou sua valorização, não se fez acompanhar de ações concretas para a superação da matriz já construída.

Uma das demandas mais complexas na EJA contemporânea é a constatação da acachapada perspectiva de inclusão profissional dos jovens e adultos de classes populares entre os aprovados na rede pública de educação profissional e tecnológica.

Pretendendo mirar essa demanda, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 5.478/2005, o Programa de Integração da Educação Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Com base nessa legislação, as

instituições da Rede Federal precisariam ofertar cursos do Proeja e reservar 10% do total de suas vagas ofertadas para esses cursos.

Depois disso, o Proeja foi substituído pelo Decreto nº 5.840/2006. A nova legislação não desfigurou as concepções e princípios do Programa, mas ampliou a sua área de atuação. Nesse mesmo sentido, foi lançado o Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014-2024, por meio da Lei nº 13.005/2014. Entre diversas outras ações, o plano objetiva a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de EJA na forma integrada à Educação Profissional.

Nos Institutos Federais, a educação técnica e profissional tem sido largamente debatida com enfoque na educação integrada do ensino técnico com o ensino médio. Esse debate refletiu sobre arquétipos de educação e sobre o modelo a ser ofertado. Nesse panorama de várias e variadas reformas da educação profissional, algumas orientadas para a empregabilidade e outras para o mercado, que surge o Proeja, como um modelo inovador.

O Proeja nos Institutos Federais de Educação foi instituído por meio do Decreto nº 5.478/2005 e revogado posteriormente pelo Decreto nº 5.840/2006, que instituiu, na Rede Federal, a necessidade de inserir jovens e adultos anteriormente excluídos do processo educacional, trazendo várias inovações ao programa, que passa a atender, não apenas ao ensino médio, mas também a toda educação básica.

Trata-se de um projeto original e contemporâneo que implica a articulação de áreas diferenciadas, a educação básica, a educação profissional e tecnológica e a Educação de Jovens e Adultos, as quais, historicamente, não vêm sabendo conversar. Como não se conversam, experimenta-se um cenário complexo abarcando a educação básica, a educação profissional e tecnológica e a Educação de Jovens e Adultos em uma conexão quase sempre oca e desorganizada, conforme indicam pesquisadores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Kuenzer (2010).

Posteriormente, o Decreto nº 5.840/2006 institui o Proeja na esfera Federal, que abrange a formação inicial e continuada de trabalhadores, bem como a educação profissional técnica de nível médio. O ensino médio integrado constitui-se na etapa de consolidação da formação básica, atendendo à finalidade essencial de formar sujeitos autônomos, protagonistas de sua cidadania, tecnicamente capazes de responder às exigências do mundo do trabalho e aptos a seguir os estudos.

Ao investigarem a implementação do Proeja, Pacheco e Aranha (2012) destacaram a importância de políticas públicas que reconheçam as singularidades dos estudantes da EJA e, a partir delas, alicercem ações educacionais que atendam às necessidades e aos anseios desses sujeitos, por meio de uma organização própria de tempos e espaços e de uma estrutura curricular adequada ao público a ser atendido.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSP apresenta como objetivo da instituição, “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público de educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2013).

Portanto, o Proeja é uma política inédita no Brasil, que oferece distintas novidades nas ponderações e conflitos até então executadas sobre a EJA, afora formar preceitos e percepções para essa modalidade de ensino, que afrontam o modelo de formação técnica e profissional que até aquele momento estava sendo desenvolvido.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante da particularidade do fenômeno estudado, qual seja a estruturação de uma política educacional em âmbito institucional e suas variáveis, situados em um contexto de Mestrado em Educação, na linha de políticas públicas, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa cujos instrumentos de coleta de dados foram a revisão bibliográfica, a análise documental e a pesquisa empírica mediante a aplicação de um questionário eletrônico junto aos Diretores dos *campi* do IFSP e a entrevista semiestruturada, com três dirigentes selecionados, buscando, desse modo, dialogar com sujeitos que pudessem contribuir com o entendimento acerca do Proeja mediante suas visões e experiências.

Em um primeiro momento, trabalhamos com uma análise documental, voltada ao estudo dos documentos reguladores do IFSP, Proeja e outros programas interligados com o projeto. Num segundo momento, procedemos com a aplicação de um questionário eletrônico junto aos diretores dos *campi* do IFSP, denominados na pesquisa como dirigentes.

Para dar suporte a uma análise mais aprofundada e qualitativa, em um momento posterior, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos diretores de *campus* do IFSP que já implementaram o Proeja. A justificativa para a escolha desses

sujeitos pautou-se na tentativa de investigar particularidades constitutivas da implementação do Proeja no IFSP e seu processo de desenvolvimento como política pública, por isso as entrevistas foram realizadas apenas com os dirigentes do Instituto que já implementaram o Proeja.

Para a realização das entrevistas com os gestores selecionados, denominados também como dirigentes, foram elaboradas perguntas de orientações flexíveis, mas fundamentadas em questões básicas definidas, orientadas por teorias e hipóteses, que sustentam esta pesquisa, e que, gradativamente, ofereçam extenso campo de discussões, oriundos de novas possibilidades que vão emergindo à medida que se dialoga com o entrevistado (GIL, 2002).

Para a análise de dados utilizamos a Triangulação de Dados, que, conforme ensina Trivinos (1987, p. 98), “tem por objetivo abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo”. Os dados foram triangulados em consonância com o referencial teórico assumido, mediante a criação de categorias analíticas, com base nos gráficos gerados a partir do questionário eletrônico, o discurso dos dirigentes entrevistados e os indicadores temáticos obtidos na análise documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na apresentação dos resultados e discussão, as categorias: a formação dos dirigentes do IFSP; a realidade administrativa e orçamentária do Instituto; e a ausência da implementação e consolidação do Proeja na Instituição, serão articuladas aos gráficos e excertos das entrevistas, buscando também a articulação com os referenciais teóricos e pressupostos legais (presentes na análise documental), que sustentam o processo de implantação e implementação do Proeja.

Categoria 1: Formação dos dirigentes e professores

Na estruturação do questionário eletrônico foi considerada a necessidade de compreender o perfil formativo dos dirigentes (que também atuam como professores) do programa, a fim de auxiliar na caracterização dos desafios do Proeja. A partir da coleta de dados, foram identificadas informações enriquecedoras sobre a formação dos dirigentes do IFSP. Informações como: formação acadêmica, tempo de atuação como dirigente e professor, e experiência com EJA foram levantadas para a compreensão de

como se caracteriza a participação desses dirigentes na implementação do Proeja no IFSP, tendo em vista seus conhecimentos e experiência na área.

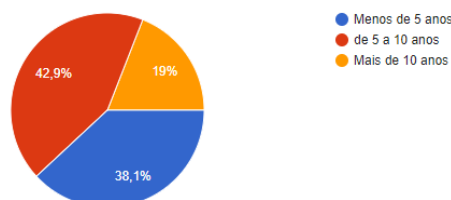
A primeira questão apresentada referiu-se às experiências desses gestores. Aqui é importante lembrar que todos esses dirigentes são professores efetivos eleitos pelos seus pares de forma democrática e participativa para um mandato de quatro anos. Dessa forma, não se refere a gestores profissionais e, na verdade, trata-se de professores que ocupam por um determinado período o cargo de Diretor de *Campus*.

Dos 21 respondentes, foi observado que mais de 80% dos atuais diretores do IFSP atuam há menos de 10 anos no Instituto e que aproximadamente 75% desses dirigentes ocupam seus cargos há menos de 4 anos, conforme os gráficos 1 e 2.

GRÁFICO 1 – Dados dos Participantes

Há quanto tempo você atua no IFSP?

21 respostas

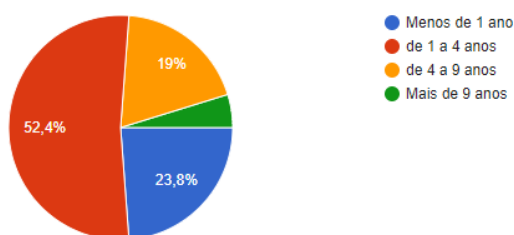


Fonte: TEREMUSSI NETO (2017, p. 77)

GRÁFICO 2 – Dados dos Participantes 2

Há quantos anos atua na direção do IFSP?

21 respostas



Fonte: TEREMUSSI NETO (2017, p. 77)

Diante dos percentuais apresentados, infere-se que a maioria dos dirigentes envolvidos nesse momento na implementação do Proeja no IFSP são professores que estão há pouco tempo na Instituição e que ocupam essa função também há pouco tempo. Chama a atenção o percentual de aproximadamente 24% de dirigentes com menos de

um ano na função. Consequentemente, observa-se que esses dirigentes têm pouca experiência burocrática e histórica, que se postam muito distantes daqueles momentos históricos e daqueles debates que trouxemos anteriormente, sobre a EPT, a EJA e a integração desses com o ensino médio, esvaziando a atual demanda daqueles embates históricos que levaram a formação, tanto do IFSP quanto do Proeja.

Categoria 2: Implementação e consolidação do Proeja no IFSP

A categoria implementação e consolidação do Proeja no IFSP foi gerada também a partir da necessidade de caracterização dos desafios inerentes a essa proposta, considerando a visão dos seus dirigentes sobre esse processo. Cumpre ressaltar que independente das intenções manifestas no discurso oficial sobre o Proeja e das críticas existentes aos programas de formação profissional desenvolvidos no lulismo, as orientações para implementar o Proeja, além de toda legislação pertinente, mostram-se decorrentes da responsabilidade social do IFSP, conforme aponta a pesquisa.

É o que revela o depoimento do Dirigente 3, ao afirmar que:

Sabemos das responsabilidades do Instituto, a incumbência de melhorar a formação desse público e permitir que esse pessoal conclua o ensino médio com qualidade e gratuidade e se possível melhorem sua condição social, econômica e de trabalho (DIRIGENTE 3).

Do mesmo modo, o Dirigente 2 relata que os objetivos que orientaram a implementação do Proeja foram uma abordagem mais extensa, de responsabilidade social, que é efetivar uma formação de qualidade para os jovens e adultos trabalhadores.

A implantação do PROEJA foi voltada para a resolução de uma grave deficiência do país. Garantir uma formação articulada com aumento do conhecimento prático para um pessoal que estava fora da escola e fora do mercado. Gente que estava buscando de uma oportunidade e até inclusive aquele pessoal que estava na informalidade, mas que procuravam uma melhoria, com mais habilidades do que já tinham. Então, além da educação de qualidade, o programa busca desenvolver de forma integrada com o ensino técnico que permita que o estudante pense conectado a cultura, a ciência, a tecnologia e a cidadania (DIRIGENTE 2).

Por meio dessa informação, entendemos que o Proeja visa elevar a escolaridade do público de jovens e adultos trabalhadores, é o que consta inclusive no Documento Base e foi incorporado ao discurso do Dirigente 2. Para tanto, é necessário sustentá-lo por uma educação profissional que não seja mercadológica, adestradora, restritiva. Mészáros (2008) defende, pois, um projeto educacional para os trabalhadores fundamentado em uma educação transformadora. O que nos permite inferir que a

implementação desse programa deve ser seguida por princípios que sejam pautados em uma efetivação da politecnia.

Categoria 3: Estrutura administrativa e orçamentária

A terceira categoria de análise considerada relevante para a discussão centrada na política pública Proeja, do ponto de vista da observação e investigação junto aos gestores no âmbito do IFSP, é a estrutura administrativa e orçamentária. A oferta do Proeja requer da instituição proponente um planejamento institucional, administrativo e orçamentário.

Vale ressaltar que o desenvolvimento do Proeja no IFSP deu-se a partir de determinação legal, ocorrendo num contexto de um processo de adaptação em termos de infraestrutura e de formação de seus docentes e gestores.

A Lei que criou os IFs, nº 11.892/2008, no inciso I do *caput* do art. 7, afirma que o IF deve “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008).

Essa legislação também estabelece que “no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício deverá garantir no mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender os objetivos definidos no inciso I do *caput* do art. 7 desta Lei”.

Isso significa que não existe clareza organizacional, ou seja, como o sistema administrativo em cada unidade do IFSP pode garantir o mínimo de 50% de suas vagas para atender o objetivo de trabalhar na EPT e na educação de jovens e adultos. Não fica explicitado na referida Lei um percentual crescente para a EJA. A quantidade de vagas para essa modalidade fica diluída no quantitativo de 50% das vagas para a EPT.

Porém, no Decreto nº 5.840/2006, anterior a criação dos IFs, é prevista a oferta de no mínimo 10% do total dessas vagas para a EJA. Novamente, ressaltamos a dificuldade em articular esses objetivos, uma vez que a demanda pela formação do Proeja é anterior à organização dos IFs; no entanto, o que se observa é que o IFSP ainda não tem maturidade administrativa para gerir uma política institucional específica para o Proeja.

A fim de detectar as impressões dos dirigentes quanto à estrutura e às práticas desenvolvidas em sua unidade frente ao Proeja, no questionário eletrônico,

perguntamos sobre a avaliação dos sujeitos frente a essa questão que implica uma estrutura administrativa e/ou estrutural.

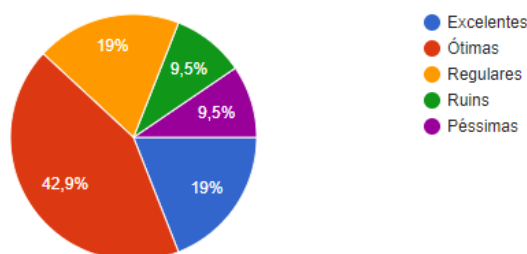
O que se apresentou foi um índice de 60% dos dirigentes apontando que a estrutura e práticas ou ações são excelentes e ótimas, o que denota uma possível acomodação desses profissionais frente à ausência da implementação do Proeja e de propostas administrativas afirmativas que permitam o seu desenvolvimento e vivência no contexto em que estão inseridos.

Esses aspectos podem ser observados a seguir, no Gráfico 3:

GRÁFICO 3 – Avaliação do Proeja pelos dirigentes

Como você avalia a estrutura e as práticas ou ações desenvolvidas frente ao PROEJA?

21 respostas



Fonte: TEREMUSSI NETO (2017, p. 95)

Tendo como base o Gráfico 3, chama a atenção o índice de 20% de dirigentes que consideram a estrutura e práticas ou ações ruins ou péssimas, apontando para o sentido de que esses dirigentes assumem, de certa forma, que existe uma lacuna administrativa e dificuldades em elaborar ações que fortaleçam a implementação e consolidação do programa, tanto é que, dos atuais 38 *campi*, apenas três realmente tem implementado o Proeja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo elaboramos uma análise dos resultados oriundos das categorias geradas. Foi possível demonstrar que, na formação dos dirigentes do IFSP, faz-se necessário um programa de formação continuada pedagógico e administrativo. Com relação à realidade administrativa e orçamentária do Instituto, é preciso que se estruture mecanismos de suporte para a gestão democrática e participativa e um significativo

aporte nas rubricas orçamentárias. E, para dar subsídios à implementação e consolidação do Proeja no IFSP, pode-se afirmar que os inúmeros desafios que estão postos, visam à garantia do direito dos trabalhadores de retornarem a um processo de escolarização de qualidade.

Conforme a análise realizada, podemos inferir que no processo de implementação do Proeja no IFSP, sua efetivação não está atendendo as diretrizes propostas pelo MEC e pelo próprio Instituto, no sentido de que há tensões entre ruptura e continuidade, desenvolvidas a partir da implantação e implementação do programa ilustra. As ações normativas e legais são parcialmente cumpridas, mas o programa não se realiza efetivamente.

Além disso, de acordo com o que foi apresentado pelos próprios dirigentes, não existe no IFSP uma política institucional para a educação de jovens e adultos, uma vez que o processo de implantação e implementação vem se dando mediante determinações autoritárias, sem o apoio dos docentes e dirigentes, e oblíqua para soluções superficiais e fragmentadas, contrariamente às diretrizes propostas no Documento Base do programa.

A visão dos dirigentes tende a ser enviesada pela realidade da gestão, sendo marcada pelo cumprimento da legislação e pela tomada de decisões ambíguas, influenciadas pelas preferências e anseios de seus professores/eleitores, que nutrem certo preconceito com a docência na modalidade EJA.

Por fim, da maneira como essa política pública está se propondo, no âmbito do IFSP, existem ainda muitos limites e contradições a serem superados, tais como a adequação orçamentária e administrativa, a superação da formação dos docentes e dirigentes, e a estruturação do Instituto para a consolidação de políticas públicas de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jun. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm>. Acesso em: 06 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm>. Acesso em: 06 abr. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007, Brasília, DF. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 06 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 30 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 set. 2012. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)**. São Paulo, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria. Acórdão nº 506/2013. Agravante: Tribunal de Contas da União. Agravada: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – MEC. Relator: Ministro José Jorge. Brasília, 13 de março de 2013.

Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=8995696>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

KUENZER, A. Z. As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária. In: MOLL, J. et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 253-270.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PACHECO, H. P.; ARANHA, A. V. S. **A educação de jovens e adultos articulada à educação profissional: reflexões sobre a política pública educacional**. Curitiba: CRV, 2012.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. Políticas públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade; considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 10/11/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Publicado em: 23/12/2022